

INCLUSÃO REDISTRIBUIÇÃO MULTIFUNCIONAL DAS SALAS DE RECURSOS

INCLUSION MULTIFUNCTIONAL REDISTRIBUTION OF RESOURCE ROOMS

Leonardo Lima da Silva¹

RESUMO: O respectivo artigo objetiva expressar o método setorial da questão da escola no país em que a evasão escolar é enorme, ou seja, alunos especiais que em momentos distintos do horário do conteúdo propriamente dito dificulta a vista dos reguladores: PCNs Parâmetros Curriculares Nacionais junto a LDB 9.394/96, Leis das Diretrizes Básicas normatizam e dirime do ponto de vista arquitetônico, hierárquico e cronológico o plano de ensino anual, semestral, bimestral, mensal, quinzenal, semanal e até diário, buscando melhor desempenho da atuação docente nas classes populares específico do Ensino Fundamental I e II em conjunto o capital e herança cultural. No Parecer CEB 15/98, que estabelece as Diretrizes Curriculares, afirma-se que enquanto a LDB dá direções mais duradouras para a educação nacional, as DCNs, amparam-se através de livros, tecnologias e aquisições simultâneas.

1012

Palavras-chave: Cognição. Escolarizar. LDB.

ABSTRACT: The article aims to express the sectorial method of the school question in the country in which school dropout is enormous, that is, special students that at times other than the schedule of the content itself makes it difficult for regulators to see: CPNs National Curricular Parameters LDB 9.394 / 96, Laws of the Basic Directives regulate and determine from an architectural, hierarchical and chronological point of view the annual, semester, bimonthly, monthly, biweekly, weekly and even daily teaching plan, seeking a better performance of teaching in the popular classes Fundamental Education I and II together the capital and cultural heritage. In Opinion CEB 15/98, which establishes the Curricular Guidelines, it is stated that while LDB gives more lasting directions for national education, DCNs are supported by books, technologies and simultaneous acquisitions.

Key words: Cognition. To school. LDB.

¹ Doutorando em Ciências da Educação pela Universidade Ecumênica Brasil e Universidade da Flórida – Estados Unidos. Mestre em Ciências da Educação pela Universidade Ecumênica Brasil e Universidade da Flórida – Estados Unidos; Pós-Graduado em Sociologia UFRN-RN; Especialista em Tradução e Interpretação de Língua de Sinais FACEL-PR; Graduado em Administração de Empresas pela Estácio FAL-RN; Graduado do Curso de Pedagogia FACEL-PR; Graduando do curso de Letras Português e respectivas Literaturas pela UNOPAR-RN; Professor da graduação em Administração e Pedagogia das disciplinas de Fundamentos da Administração e Sociologia FACEL-POLO RN. [Http://lattes.cnpq.br/3158013051066144](http://lattes.cnpq.br/3158013051066144). E-mail do autor (leonardollslima@hotmail.com).

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo objetiva verificar através das aquisições inatas a modalidade da redistribuição multifuncional das salas de recursos em função das disciplinas ofertadas nas escolas públicas de classe comum de ensino regular especialmente da educação básica mensurando cognitivamente o desempenho e metodologias utilizadas na adequação dos professores e tecnologia utilizada na composição dos componentes curriculares estudados, visando através de respaldos a integração determinante e relevante na aquisição da aprendizagem.

A transformação da capacidade de interagir com os alunos, tendo em vista que os PCNs Parâmetros Curriculares Nacionais tem um objetivo comum junto a LDB que são as Leis das Diretrizes Básicas que auxiliam e orientam como as escolas devem realizar gerar e manter a instituição, além de manter de forma correta o plano de ensino anual, para melhor desempenho da atuação docente na sociedade e prioritariamente nas classes populares, fundamentando-o em relação ao capital e herança cultural impregnada, sendo que, o país varia de acordo com a região ao qual seja especificada para conseguir ensinar de forma abrangente.

No Parecer CEB 15/98, que estabelece as Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio, que também fundamenta a educação básica, afirma-se que enquanto a LDB dá direções mais duradouras para a educação nacional, as DCNs, por estarem mais próximas da ação pedagógica, funcionam como indicadores que possibilitam acordos de ações e requerem revisões frequentes. Esta aborda uma concepção de currículo que não o entende como algo pronto e acabado e sim em constante transformação. Também é de suma relevância acreditar em um modelo de ensino acadêmico cujo autores da própria conquista pedagógica atuam com relação à didática, por isso, é mais valioso se preocupar com o que a sociedade passa neste momento e em conjugação com a história recente, do que apenas realizar e questionar fatos que não são de importância para o ato escolar, permanecendo restrito aos meios tradicionais de ensino e suas peculiaridades onde visam apenas o que é individual, não abrindo portas para um estudo mediador, participativo e em equipe.

A educação na transição idílica é componente orientado da melhoria do pensamento construtivo da atividade de aprendizagem do indivíduo (concepções teóricas, similarização, verificação, resumo, mentalidade teórica, pensamento etnomatemático), período discente elementar; referência básica de educação, objetos científicos (conteúdos tradicionais).

2 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Adequar a preparação do ensino do conteúdo pela realidade concreta é uma realidade abrangente no país, ao qual comparado a outras federações à insuficiência é conformada a verter problemáticas da maioria dos que se incluem de forma eficiente na readequação de quaisquer objetivos (físicos, sócio espaciais, colaborações, estatísticas), ao qual estudantes moldem conjunções entre concepções, ideias- chave, dos decretos, portarias, assegurando conceitos científicos mais complexos das normas vigentes.

Psicanaliticamente se descreve que, o indivíduo não vem ao mundo pronto, é mediante a própria socialização entre familiares que cria corpo, mesmo que coordenados, incubido do contexto da afetividade que nada mais é que uma sinresia de artifícios psíquicos informados sob o resquício de emoções ou sentimentos e advindos da impressão de satisfação ou angústia, contentamento ou insatisfação, agrado ou desagrado e alegria ou tristeza, também tido como transtorno de desenvolvimento, no entanto, em menor dimensão.

Piaget enfatiza que o afeto desempenha um importante momento, imprescindível ao funcionamento da intelectualidade, entretanto de acordo com ele: “vida cognitiva e vida afetiva são intrínsecos, embora distintas”. E são extrínsecos, embora distintas. E são inseparáveis porque o intercâmbio com o dito meio pressupõe simultaneamente estruturação e valorização, independente do indivíduo em questão.

Note-se que a educação especial reitera a adequação, que após a idealização existe a história passada do surgimento da educação inclusiva, os séculos que perpassaram, outros países que criaram, os que aderiram, a chegada ao Brasil, as leis que a regulamentam dentro do país, respaldadas pelas que criaram, a situação desde que chegou, a trajetória nestas décadas e de que forma está inserida hoje nas salas de aula, mais especificamente nas salas de recursos, se foram bem distribuídas e senão, a questão setorial da redistribuição multifuncional e o modelo sincrético de manuseio por estímulo da equipe pedagógica e outros percalços existentes.²

² Doutorando em Ciências da Educação pela Universidade da Flórida; Mestre em Ciências da Educação pelo CECAP; Pós-Graduado em Sociologia UFRN; Especialista em Tradução e Interpretação de Língua de Sinais FACEL; Graduado em Administração de Empresas pela Estácio FAL; Graduado do Curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências, Educação e Letras-PR; Graduando do curso de Letras Português e respectivas Literaturas pela UNOPAR; E-mail do autor (leonardollslima@hotmail.com).

A história da educação inclusiva surgiu adquirindo trajetória em meados do século XVI, medicina e pedagogia que, em contrapartida junto a métodos atuais daquele período, acreditavam que indivíduos especiais teriam direito em aprender de maneira acessível. No século XIX, às escolas especiais nas classes comuns de ensino regular hoje assim descritas, tinham métodos pelos quais os acadêmicos não eram ensinados, as turmas especiais somente alavancariam etapa divergente das entidades educacionais somente depois da primeira e segunda guerra mundial consecutivamente.

No século XX, com o início das instituições particulares de educação inclusiva, vindos complementados as mudanças sócio políticas e sócio espaciais no início da década de 1950, e a enorme demanda de pessoas especiais que, por inúmeras motivações, almejavam à construção de leis que assegurassem o próprio direito nas escolas públicas (JANNUZZI, 2004).

Logo a seguir no Brasil, a mediação manifestada na “Iniciativa da Educação Regular” emergiu a partir da publicação 1986 de integrações da Secretaria de Educação Especial (SEESP) do Ministério da Educação, que prioritariamente adquiriu resultado importantíssimo na trajetória do ensino de estudantes especiais próprios, ou seja, (com deficiência registrada por laudo médico) no território nacional.

Consequente ao pensamento, novo projeto pesquisado a campo encontrou média de 15 mil professores regentes, específicos e auxiliares nas áreas estaduais de ensino, levando em consideração o Distrito Federal, 144 cidades-sedes atuando no viés de redistribuição concessivos de 2,583 municípios do território federativo cadastrados (Brasil, 2005). O referido projeto de 2006 nos próximos anos é alcançar a meta de 4.646 cidades (83,5% das cidades brasileiras), ao que se trata da educação inclusiva.

Milão (1880), da questão oral dirimida, mencionada de Oralismo, sendo assim, identificada assimilação de indivíduos com algum tipo surdez ao final do século XIX e grande período do século XX, por exemplo de manifestação de política pública específica. Espanha (1994) Congresso de Salamanca enfatiza outras medidas que somaram 4 (quatro). A Itália com o congresso de Veneza (1872) também denominou resoluções gerais. Por volta de 1977, por criação de uma lei pública (USA, 1977), garantiu-se ensino gratuito a alunos especiais formalizando no país, o método de *mainstreaming*.¹(integradora).

Com a apropriação estrangeira ao território brasileiro, visto no que concerne normativas daquele período o CEB/CNE (1997, p. 32). Dom Pedro II, oriundo construiu na

cidade do Rio de Janeiro, por Decreto Imperial nº 1.428, Setembro de 1854 o Instituto de (Surdos-Mudos), que perdurou por mais de 4 décadas, compactuaram respectivamente a Declaração Universal dos Direitos Humanos que "todo indivíduo merece educação por direito".

Complementando a recíproca educacional existiu o Congresso da ONU (2006), que fortaleceu a temática, aos quais os direitos humanos normatizados internacionalmente: acessibilidade arquitetônica, transportes, mobiliários, nas transmissões; articulações inter-setoriais na implementação das políticas públicas redistributivas conforme Lei 10.208/2000, garantido pelas Leis 4.024/61 e 5.692/71.

2.1 Educação especial no âmbito do território brasileiro

Segundo IBGE e Censo Escolar de 2010 verificou-se que 702.603 alunos especiais foram matrículas no ensino especial, das quais 218.271 destes nas classes e escolas regulares e 484.332 nas classes comuns. Note-se, 75,8% efetivaram-se em escolas públicas e 24,2%, nas escolas privadas (BRASIL, 2010).

Estudos concluíram, que o livro refere-se ao texto, levando em menção específica de aquisição, que crianças surdas (situação particular da acessibilidade), novos entrantes (segue o ensino regular), no âmbito da escola da Educação Infantil (0 a 2 anos), sucederam a aquisição compartilhada por 4 (quatro) etapas: período pré-linguístico, estágio de um sinal, estágio das primeiras combinações e estágio das múltiplas combinações. (QUADROS, 1997, p. 3). Rodrigues (1993) descreveu de maneira científica priorizando a organização neural e ponto biológico no mesmo formato oral e sinalizado (segue aos matriculados na totalidade da escola comum pública).

Segundo (ZABALA, 2002) Necessitamos de meios teóricos que contribuam para que a análise da prática seja verdadeiramente reflexiva. Determinados referenciais teóricos, entendidos como instrumentos conceituais extraídos do estudo empírico e da determinação ideológica.

Instituições constituintes da união, estados, municípios e o distrito federal, somam 26 estados e 5570 cidades e o Distrito Federal, tendo o PIB que é a soma de tudo o que é produzido no Brasil fonte de fomento, dentre outros, ainda que colabore continuamente não consegue apoiar a enorme despesa que é a manutenção de um território nacional normatizado por órgãos reguladores: Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica

criados pela LDB 9.394/96, Leis das Diretrizes Básicas, implementados a critério de cada etapa do ensino.

Alarcão (2003), “a finalidade do aprender da didática associa-se à preparação do futuro professor para a atuação escolar no primeiro ano do ensino médio, a iniciar-se, geralmente, através do estágios pedagógicos”. O objetivo do ensino de didática, portanto, é acompanhar o aluno, seja qual especificidade for, futuro professor, caso seja, com instrumentos teóricos e práticos que funcione, recursos a serem mobilizados nas situações na realidade da atuação pedagógica e cotidiano da classe popular durante todo o ano letivo.

Na perspectiva de Saviani (*apud* CANDAU, 1989, p. 58), a notoriedade positivo-tecnológica ou reativa na composição do educando: almeja mesclar a educação de modo a completar a organização conscientemente capacitando e diminuindo inferências subjetivas não ocasionando êxito no decorrer da efetividade. [...] É incumbida na aquisição da tecnologia “imparcial” advinda cientificamente, que pode vir a garantir a eficiente complementação moldada nas diretrizes do ensino acabado – habilidades, conhecimentos – operacionam de forma dirimida.

Veiga (1989), objetiva a reciprocidade entre prática e docência e diferencia-a das outras expectativas da práxis pedagógica, hipoteticamente proposta com a visão da dicotomia e da unidade: a função social da mente e escola pedagógica repetitiva e acrítica, além da prática pedagógica reflexiva e do senso crítico para que os alunos especiais possam interagir adiante com seus conhecimentos e interpretar dados e fatos com ótica neutra, não havendo interferência interna e/ou externa que prejudique a própria ação.

As acomodações significantes divergem do ambiente cultural, (mensurar fundamentais I e II da escola pública comum de classe especial do ensino regular) permutando área de um sistema interpessoal instituído que, através das convenções com esse meio, os estudantes especiais assimilam os instrumentos cognitivos e informativos da própria cultura do viés reconhecido. Importante ressaltar que é assegurada por lei a obrigatoriedade dos alunos especiais (registrado por laudo médico) não terem que prestar prova de índice de rendimento para fins de comprovação da educação básica no contexto nacional.

No entanto, a todos os estudantes matriculados por amostragem concernente em lei, e aos demais que possuam deficiência por déficit de aprendizagem, psicomotricidade, superdotação e outras especialidades tidas de menor aferição e comprovadas pelo baixo

rendimento acadêmico é obrigatório à realização de provas normatizadas pela OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) e PISA (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes), órgãos internacionais, por outro lado, no Brasil representado pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) que também realiza nomenclatura do CAED/UFJF, SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica) que compõe a ANEB e ANRESC, em seguida, ANA junto ao PNAIC (Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa), dentre outros.

A acepção inclusiva sujeito-objeto resulta no uso de contradições normativas (esquemas, direções, coordenadas, moldes, isto é, estratégias, no amplo concernente) pesquisadas na herança cultural e na ciência.

Única e intransferivelmente o docente advém da significação social da profissão, significado, motivações e consequências da convergência, da afirmação das práticas já respeitadas, do discurso das mediações educacionais com a escola nova a tecnicista e vice-versa, do conflito entre teoria e prática, da construção de novas teorias e funcionalização acadêmica adequada, por professores capacitados nas áreas de AEE (Atendimento Educacional Especializado), BRAILLE, LIBRAS, MULTIFUNCIONAIS, etc. Indícios do modo tradicional da atuação do professor – momento rotineiro – e pressupõe que a verdade do ensino esteja inalienável, assim como os alunos que frequentam a escola em especial os alunos especiais ou com superdotação. Conforme Alarcão (2003, p.43):

Conforme (Alarcão, 2003), o professor deve se envolver num constante processo de auto formação e identificação profissional (o que caracteriza a formação continuada). Em sala de aula, a identidade do professor deve desenvolver senso crítico no aluno, por meio de diálogo, do confronto de ideias e práticas, do desenvolvimento da capacidade de ouvir o outro e a si mesmo, de se autocriticar.

Algo abstrato e influenciado pelo ambiente na inteligência que vive. Alarcão (2003), concorda que é mais difícil ser professor atualmente do que há 50, 60 ou 70 anos atrás.

A redistribuição multifuncional das salas de recursos que gera insegurança à escola, ao professor e à própria sociedade que, por vezes, não sabe o que esperar da escola nem quais os objetivos a mesma tem a oferecer, em contraposição, quanto mais formação acadêmica e absorção de conhecimento tido por sequência magistério, licenciatura plena ou normal superior com ênfase na educação, especialização na área ou pós-graduação, mestrado acadêmico, doutorado e pós doutorado concluem a lista de formações que garantem, quanto maior a diplomação, maior o retorno, consubstancialmente maior o êxito na escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta da reinserção na LDB 9.394/96 que fornece suporte e complementa na atuação e substancialização moldados no que concerne consequências previstas, consideravelmente pressupostos nas salas de recursos necessita alienar-se à cultura e a valores adjacentes, supostamente somente após estes estudos do capital cultural e herança cultural vinculados a especificidade nos quais adaptados ao entendimento da escola prática multifuncional e intelectual, inclusivos ao desenvolvimento das classes da sociedade, especificamente de pessoas especiais ou munidas de superdotação, por inclusão sócio-espacial, ora altas, ora burguesas, ora populares, mediante apoio físico e capacitação do professor da disciplina. A família que outorga de equivalência de inserção ideológica por assimilação e junção das necessidades especiais é impasse no viés a assimilar o segmento populacional.

Redistribuindo a acessibilidade com estruturas sociais, mas sem o pacto colonial neutraliza dados não suficientes na aquisição do aprendizado, levando a cognição, estímulo e melhoria dos estudos, se tratando de motivações ao ambiente e variados recursos: mídia, arquitetura, brinquedoteca, biologia prática, respectivas literaturas, cinema ou nas denominações, seja motora, psicomotora, auditiva, cerebral, surdo-cegueira, dentre outros, adquirido na própria função social da escola, ética customizada, empatia, política pública local, onde o estado laico não se altera a crença, dentre outros. O eixo temático escolhido analisa de maneira relevante, principalmente nas escolas públicas, e apresenta-se na mesma temática vivida na maioria das percepções no país, raramente adaptadas ao que se descreve na regulamentação do suporte constitucional.

Na proximidade das análises evolutivas dos estudantes especiais mediante normas que se façam cumprir e padronizam a realidade do cotidiano, podem ser transferidas e ampliadas mesmo com a intervenção das classes populares, as diversas formas de influência na produtividade pela cultura e sócio-antropológica, podendo ser criadas, moldadas e até mesmo complementadas de inúmeras maneiras, tendo principal interessado todos aqueles que participam direta ou indiretamente que possam refletir em de acordo as escolas de classe comum. Regras na escola regular, tipologia e processos de normalização para aquisição do estudante ao que se refere a dados de inserção da aquisição do tipo de escola a ser cursado, prioriza a idealização, estímulo e melhorias derivativas.

REFERÊNCIAS

- _____. NBR 6028: informação e documentação: **resumo: apresentação**. R.de Janeiro, 2003.
- _____. Secretaria de Educação Especial. Ministério da Educação e do Desporto. Lei nº 9.394, 20 Dez. 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**. Brasília, 1996.
- ALARCÃO, Isabel (Org.). **Professores Reflexivos em uma Escola Reflexiva**. São Paulo: Cortez, 2003.
- BUENO, J. G. S. Política educacional e a formação de professores: 10 anos depois. In: **seminário nacional de pesquisa em educação especial**, 5, 2009, São Paulo. Anais... São Paulo: UFES, UFRGS, UFSCar, 2009.
- COSTA, Marisa Vorraber et al. Estudos Culturais em Educação: **mídia, arquitetura, brinquedo, biologia, literatura, cinema...** Porto Alegre: UFRGS, 2004.
- FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. Integração e Interdisciplinaridade no Ensino Brasileiro: **efetividade e ideologia**. São Paulo: Loyola, 1979.
- FERREIRA, J. R. Educação especial, inclusão e política educacional: **notas brasileiras**. In: RODRIGUES, D. A. (Org.). São Paulo: Summus, 2006. p. 85-113.
- HOFFMANN, Jussara. Avaliação Mediadora: **uma prática em construção da pré-escola à Universidade**. 14. Ed Porto Alegre: Mediação, 1998.
- HOUAISS. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- JANNUZZI, Gilberta S.M. "Políticas sociais públicas de educação especial". **Temas sobre Desenvolvimento**, 9. 1992, pp. 8-10. [Links]
- MENDES, E. G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 33, 2006. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n33/a02v1133.pdf>. Acesso em: out. 2009.
- PIAGET, J. Lês relations entre l'affectivité et l'intelligence dans **le développement mental de l'enfant**. Paris: CDU, 1954.
- UNESCO. Declaração de Salamanca. **Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: acesso e qualidade**. Salamanca, Esp. 1994.
- ZABALA, Antoni. Enfoque Globalizador e Pensamento Complexo: **uma proposta para o currículo escolar**. Porto Alegre: Artmed, 2002.